

Meta é converter US\$ 20 bilhões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Para financiar os investimentos do governo, de 87 a 91, o Programa de Ação Governamental — PAG —, elaborado pelo Ministério do Planejamento, estima uma conversão de dívida externa em investimento de risco no montante de US\$ 20 bilhões, com média anual em torno de US\$ 5 bilhões, meta considerada um "exagero" pelos demais setores da área econômica do governo, especialmente pelo Ministério da Fazenda e o Banco Central.

Embora oficialmente ainda não tenha sido estabelecido um limite máximo para a conversão, pois dependerá do encaminhamento da renegociação da dívida externa com os bancos credores, da forma como se processará a compra do crédito financeiro e como se fará a aplicação do investimento no País, as estimativas para os próximos quatro anos,

consideradas realistas, apontam números entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2,5 bilhões ao ano, ou seja, entre US\$ 4 bilhões e US\$ 10 bilhões até 91.

Sabe-se que a conversão da dívida em capital de risco é um dos trunfos do governo para a renegociação da dívida externa. Por essa razão, nos contatos que estão mantendo nos Estados Unidos com os credores, as autoridades brasileiras não estão mencionando a questão, respondendo sem detalhes às indagações dos bancos interessados.

O atraso na regulamentação da matéria — há pelo menos um projeto preparado pelo Banco Central, outro pela Comissão de Valores Mobiliários, além de sugestões encaminhadas diretamente ao Palácio do Planalto — é intencional, para permitir ao governo apurar o grau de utilização do mecanismo como posição de negociação com os credores externos.

Além disso, a conversão enfrenta, internamente, restrições políticas e de natureza econômica. As restri-

ções políticas ficaram claras quando a convenção nacional do PMDB, ao aprovar o documento sobre a economia, incluiu um item sob inspiração do professor Dércio Garcia Munhoz, mas aceito pelos representantes das diversas facções partidárias que na ocasião examinavam a matéria, condenando explicitamente a prática da conversão.

A limitação econômica, reconhecida pelo próprio Banco Central, diz respeito ao impacto monetário que causará o lançamento, no mercado, do contravalor em cruzados dos dólares que ingressarem na reserva externa em decorrência da conversão, importante em função de ser o controle da expansão dos agregados monetários — base monetária e meios de pagamento — um dos princípios do Plano Bresser, e tendo em vista que o próprio superávit comercial de US\$ 1 bilhão ao mês já provoca reação monetária a importante, cujo controle é imprescindível para prevenir expansões imoderadas da demanda.